

# A presença da variação lexical do português angolano no livro didático de língua portuguesa da 10.ª classe do ensino secundário

*The presence of lexical variation in angolan portuguese in the 10th grade secondary school portuguese language textbook*

*La presencia de variación léxica en portugués de Angola en el libro de texto de lengua portuguesa de 10º grado de secundaria*

Pedro Kiuma da Silva<sup>1</sup>  \*

1. Universidade Federal de São Carlos

\* Autor correspondente:

[pedrokiuma1995@gmail.com](mailto:pedrokiuma1995@gmail.com)

**Citação:** SILVA, P. K. da (2025). A presença da variação lexical do português angolano no livro didático de língua portuguesa da 10.ª classe do ensino secundário. *InterteXto*, 18.

<https://doi.org/10.18554/it.v18i00.840>

**Editor:** Priscila Marques Toneli, Juliana Bertucci Babosa

**Recebido:** 23 setembro 2025

**Aceito:** 23 dezembro 2025

**Publicado:** 30 dezembro 2025



Texto sobre copyright.



**Resumo:** Este artigo analisa a presença da variação lexical do português angolano no livro didático de Língua Portuguesa da 10.ª classe do ensino secundário, oficialmente adotado em Angola para uso por professores e estudantes. A investigação fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Educacional, mobilizando contribuições teóricas de autores que discutem a variação linguística, a pedagogia da diversidade, o léxico e o ensino de língua portuguesa no contexto angolano. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, tendo como corpus o livro didático de Língua Portuguesa da 10.ª classe, de autoria de Olga Magalhães e Fernanda Costa, aprovado pelo Estado angolano. A análise concentrou-se na identificação e na forma de apresentação dos vocábulos representativos do português angolano presentes na obra. Os resultados evidenciam que a variação lexical do português angolano aparece de modo limitado e superficial, restrita a um número reduzido de vocábulos inseridos em textos de autores angolanos e de uma autora estrangeira. Observa-se, ainda, a ausência de uma exploração pedagógica sistemática dessas ocorrências, o que compromete o reconhecimento do valor linguístico e cultural dessas variedades no espaço escolar. Conclui-se que, apesar de sua presença no material didático analisado, a variação lexical do português angolano permanece pouco valorizada no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o seu desprestígio e para a manutenção de uma visão normativa e homogênea da língua portuguesa no contexto educativo angolano.

**Palavras-chave:** Variação lexical. Português angolano. Livro didático. Ensino.

**Abstract:** This article examines the presence of lexical variation in Angolan Portuguese in the Portuguese Language textbook for the 10th grade of secondary education officially adopted in Angola for use by teachers and students. The study is grounded in the principles of Educational Sociolinguistics, drawing on theoretical contributions that address linguistic variation, the pedagogy of linguistic diversity, lexis, and the teaching of Portuguese within the Angolan

sociolinguistic context. Methodologically, the research follows a qualitative and documentary approach, using as its corpus the 10th-grade Portuguese Language textbook authored by Olga Magalhães and Fernanda Costa and approved by the Angolan State for national use. The analysis focused on identifying lexical items representative of Angolan Portuguese and examining how they are presented pedagogically in the textbook. The findings reveal that lexical variation in Angolan Portuguese is present only superficially, limited to a small number of lexical items found mainly in texts written by Angolan authors and one foreign author. Moreover, these occurrences are not systematically explored from a pedagogical perspective, which limits their potential contribution to students' linguistic awareness. The study concludes that, although Angolan Portuguese lexical variation is included in the textbook, it is still undervalued in the teaching and learning process, reinforcing its marginalization and sustaining a normative and homogeneous view of the Portuguese language in the Angolan educational context..

**Keywords:** Lexical Variation. Angolan Portuguese. Textbook. Teaching.

**Resumen:** Este artículo analiza la presencia de la variación léxica del portugués angoleño en el libro de texto de Lengua Portuguesa de la 10.<sup>a</sup> clase de la enseñanza secundaria, oficialmente adoptado en Angola para su uso por docentes y estudiantes. El estudio se fundamenta en los principios de la Sociolingüística Educativa, apoyándose en aportes teóricos que abordan la variación lingüística, la pedagogía de la diversidad, el léxico y la enseñanza de la lengua portuguesa en el contexto sociolingüístico angoleño. Desde el punto de vista metodológico, la investigación adopta un enfoque cualitativo y documental, teniendo como corpus el libro de texto de Lengua Portuguesa de la 10.<sup>a</sup> clase, elaborado por Olga Magalhães y Fernanda Costa y aprobado por el Estado angoleño para su uso nacional. El análisis se centró en la identificación de vocablos representativos del portugués angoleño y en la forma en que estos son abordados pedagógicamente en la obra. Los resultados indican que la variación léxica del portugués angoleño se presenta de manera superficial, restringida a un número reducido de vocablos distribuidos en textos de autores angoleños y de una autora extranjera. Asimismo, se observa la ausencia de una explotación pedagógica sistemática de estas ocurrencias. Se concluye que, aunque la variación léxica del portugués angoleño esté presente en el libro analizado, sigue siendo poco valorada en el proceso de enseñanza y aprendizaje, lo que contribuye a su des prestigio y a la consolidación de una visión normativa y homogénea de la lengua portuguesa en el contexto educativo angoleño.

**Palabras clave:** Variación léxica. Portugués angoleño. Libro de texto. Enseñanza.

## 1. Introdução

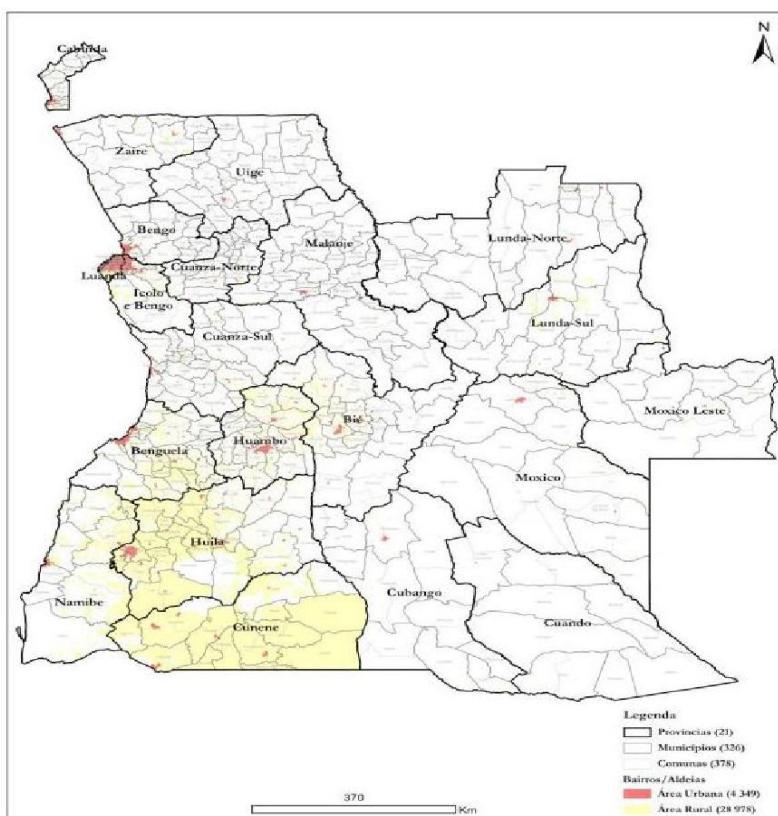
Angola é um país situado na costa ocidental da África, com uma dimensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>. Do ponto de vista geográfico, faz fronteira ao Norte com o Congo-Brazzaville e a República Democrática do Congo, ao Leste com a Zâmbia, ao Sul com a

Namíbia, ao Oeste, é banhado pelo oceano Atlântico. Cabe dizer dentre essas nações vizinhas, Angola é o único país que o português como língua oficial.

Segundo Censo Populacional recente realizado em 2024 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Doravante INE), cujos dados foram publicados em 2025, a população angolana, no período de 24 de setembro de 2024, foi estimada em 36.604.681 de habitantes, sendo **17. 931.985** do gênero masculino que corresponde a 49% da população total do país e **18. 672.696** do gênero feminino que corresponde a 51% do total da população do país.

Administrativamente, de acordo com a Lei nº 14/24, de 5 de setembro, organiza o país em 21 províncias<sup>1</sup>: Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cuando, Cubango, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Cunene, Huíla, Huambo, Icolo e Bengo, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Moxico Leste, Namibe, Uíge e Zaire. Ressaltamos que cada uma dessas províncias está organizada em municípios, comunas, bairros e aldeias, conforme ilustrado a Figura 1.

Figura 1 – Mapa de Angola



Fonte: INE, 2025

A capital é Luanda, que também é o centro administrativo, político e econômico do país. É ainda onde concentra o maior número de população do país, com 8. 816. 297

<sup>1</sup> Equivalentes a estados brasileiros

habitantes, e a província do Cuando dispõe do menor número de população com 138.770 de habitantes.

Ponto de vista linguístico, o país caracteriza-se como multilíngue, à semelhança das demais nações do continente africano, coexistem na região angolana três grupo de famílias as línguas, distintas quanto às origens e estruturas: As línguas Bantu, as línguas Khoisan e a Língua Portuguesa. Importa salientar que, apesar do multilinguismo existente no país, o português é a única língua oficial e de ensino, como discutiremos mais adiante. Ressaltamos, ainda, que o foco deste estudo recai apenas para a língua portuguesa falada no país, também conhecido por Português Angolano (PA).

Mudiambo (2013) disserta que tanto as línguas Bantu quanto o povo foram estudados por William Bleek em 1826 e por Joseph Greenberg em 1963. O termo bantu é de origem africana que serve para designar o conjunto de línguas que possuem as características comuns. O autor salienta ainda que o termo bantu significa “as pessoas” em português, especificando que **ba** é um prefixo que indica o plural e corresponde ao morfema da flexão portuguesa -s, o singular é identificado por **mu**; **ntu** é um radical e denomina pessoa.

No que diz respeito às regiões geográficas em que as línguas bantu são faladas, demarcam-se no sul do Saara nos seguintes países do continente africano: África do Sul, Angola, Botswana, Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, entre outros, conforme (Mudiambo, 2013).

Gomes (2014) assinala que o primeiro contato com a língua portuguesa no país ocorreu através da colonização portuguesa no século XV, em 1482, com a chegada da embarcação liderada por Diogo Cão à foz do rio Zaire. Nesse aspecto, é importante sublinhar que a colonização proporcionou a convivência do português com as demais línguas Bantu faladas no país, originando-se o Português Angolano (PA), uma variedade da língua portuguesa com características próprias que permeiam os níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico e que difere do Português Europeu (PE).

O INE (2025) revela que as línguas mais faladas em termos de porcentagem de falantes temos: Português (45%), Umbundu (17,1%), Kimbundu (10,8%), Chokwe (6,9%), Kikongo (8,8%), Nhaneca (4,3%), Kwanhama (2,9%), Nganguela (2,0 %), Fiote (1,1%), Muhumbi (0,7%), outras línguas (3,6%) e Luvale (0,6%). Cabe enfatizar que, embora não tenha sido incluída nesse censo, existe também a Língua Gestual Angolana<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Língua Brasileira de Sinais.

O Português Angolano constitui uma realidade no cenário linguístico do país, incluindo os espaços educativos, uma vez que professores e alunos convivem com essa variedade da língua portuguesa, tanto na modalidade oral quanto escrita, dentro da sala de aula, em redações, em textos acadêmicos dos diferentes níveis de ensino e em outras práticas discursivas dos cidadãos locais. Essa variedade é amplamente observada também na literatura nacional, estilos musicais angolanos sobretudo *kuduro* e *semba* e nos jornais do país.

Diante dos fatos descritos, temos como objetivo geral desta pesquisa analisar a presença da variação lexical do português angolano no livro didático de Língua Portuguesa da 10<sup>a</sup> classe do ensino secundário adotado em Angola, destinado aos estudantes e professores. Quantos aos objetivos específicos temos: descrever a presença da variação lexical do português angolano no livro didático de Língua Portuguesa da 10<sup>a</sup> classe do ensino secundário adotado em Angola, destinado aos estudantes e professores e, discutir a presença na variação lexical do português angolano no livro didático de língua portuguesa da 10<sup>a</sup> classe do ensino secundário adotado em Angola, destinado aos estudantes e professores

A realização deste estudo justifica-se por duas razões pertinentes. Em primeiro lugar, constatamos a existência de um número reduzido de pesquisas sobre análise do livro didático de Língua Portuguesa no contexto angolano que tratam da variação linguística nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, destacamos os estudos: Kanusse (2020), Quibutamene (2022) e Silva (2025), que abordam o português falado no país nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino primário e ensino secundário do 2º ciclo.

Em segundo lugar, consideramos que o Estado angolano necessita adequar o ensino da Língua Portuguesa à realidade linguística dos aprendentes. Para tanto, torna-se imprescindível a normatização do português angolano, entendida como sua descrição sistemática e científica, bem como sua inserção efetiva no sistema geral de ensino, tanto no ensino público quanto no privado. Tal medida contribuiria significativamente para a valorização das práticas linguísticas locais e para a redução do preconceito linguístico ainda presente no sistema educativo angolano, preconceito esse que decorre, em grande medida, da legitimação exclusiva do Português Europeu como única variedade considerada ideal para o ensino formal. Ao reconhecer o Português Angolano como uma variedade legítima e funcional, o Estado promoveria um ensino mais inclusivo, contextualizado e alinhado à realidade sociolinguística do país.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo está organizado em seis seções: Introdução, com um breve panorama sobre Angola; A Língua Portuguesa em Angola: status e ensino, na qual se discutem suas funções sociais; O livro didático no contexto angolano, que

aborda sua regulamentação; Fundamentação teórica, em que são expostos os principais conceitos que sustentam o estudo; Procedimentos metodológicos, nos quais se descrevem os caminhos metodológicos adotados na pesquisa; Resultados e discussões, que apresentam e analisam os dados obtidos a partir do *corpus*; e, por fim, as Considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais conclusões do estudo.

## 2. Contextualização

### 2.1. Língua portuguesa em Angola: status o ensino

Após a conquista da independência, em 1975, o Estado decidiu adotar a Língua Portuguesa como língua oficial e de ensino em todo o território, inicialmente por meio da Lei Constitucional de 1975 e, posteriormente, na Constituição da República de Angola de 2010, por ela reunir condições necessárias para a construção da unidade nacional, uma vez que as línguas nativas eram ágrafas e de distribuição local (Miguel, 2014).

A Constituição da República de Angola, no artigo 19.º prevê que “a língua oficial da República de Angola é o português” (Angola, 2010, p. 9). Diante do exposto, o português possui o status de língua oficial, legitimada pelo Estado para uso na administração pública, comunicação social, tribunais, discursos oficiais e escolas. Nesta direção, o português legitimado pela lei magna do como a língua oficial é o Português Europeu (PE), que não representa a língua de comunicação diária entre os cidadãos angolanos, utilizada nas diversas esferas sociais que estão inseridos.

Grosso modo, Zau (2011, p. 64) pontua que:

O português falado actualmente em Angola é uma variante que expressa angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica, contendo, desde já, traços proporcionadores de existência autônoma.

Diante disso, o autor rompe com a visão homogênea da língua portuguesa e reforça a ideia de que o Português Angolano não se configura como um simples desvio em relação à norma europeia, mas como uma variedade legítima, historicamente constituída e socialmente enraizada.

No que tange ao ensino da Língua Portuguesa, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 32/20), o artigo 17.º, n.º 1, estabelece que “o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa”. Nesse sentido, observa-se que o português ensinado no país corresponde, predominantemente, à variedade europeia, em decorrência das ações

educativas do Executivo angolano, que historicamente privilegiam a língua do antigo colonizador. Esse enfoque tem dificultado o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa, especialmente para os alunos do ensino secundário em território angolano, uma vez que a variedade ensinada não corresponde às práticas linguísticas cotidianas desses aprendentes.

Bernardo (2017) afirma que o ensino da Língua Portuguesa em Angola baseia-se na gramática tradicional do português europeu, o que não reflete a realidade linguística do país. Diante desse cenário, o Estado angolano é instado a implementar uma política de ensino adequada, capaz de espelhar a diversidade linguística nacional. Contudo, observa-se que muitos docentes não reconhecem as variedades linguísticas existentes, o que tem dificultado o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

O autor acrescenta, ainda, que as normas do português angolano podem ser devidamente descritas e sistematizadas, de modo que a diversidade linguística seja contemplada e estudada nas aulas de Língua Portuguesa das escolas angolanas, sem marginalização e a estigmatização social.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (assinada em 1996, sob a orientação da UNESCO), conhecida como Tratado de Barcelona, o artigo 29.<sup>º</sup> estabelece que “todos têm o direito ao ensino na língua própria do território onde residem”. Diante do exposto, constata-se a ausência de um ensino que represente efetivamente a língua de seus falantes, no contexto educacional angolano.

Nessa perspectiva, Neto (2009) assinala que as aulas de Língua Portuguesa têm sido repetitivas quanto aos conteúdos e às metodologias de ensino, desde os níveis iniciais até ao ensino médio, o que tem provocado desinteresse por parte dos alunos. Além disso, observa-se um estranhamento dos aprendizes ao se depararem com uma variedade do português diferente daquela que utilizam em seu cotidiano.

Essa discussão converge com o posicionamento de Bernardo (2017), ao afirmar que o ensino da Língua Portuguesa em Angola é baseado na gramática tradicional do português europeu, o qual não reflete a realidade linguística dos aprendentes. O autor acrescenta, ainda, que as normas do português angolano podem ser devidamente descritas e sistematizadas, de modo que a diversidade linguística seja contemplada e estudada nas aulas de Língua Portuguesa das escolas angolanas, sem marginalização e estigmatização social, uma vez que a variedade normatizada no ensino é o Português Europeu, e o Português Angolano tem sido frequentemente considerado como erro no ambiente formal, como a escola.

Undolo (2014) informa que em contexto angolano, a língua portuguesa, o normativo corresponde ao português europeu e o normal ao português angolano. O autor deixa claro que

o normativo diz respeito ao que está prescritivo, imperativo e ideal, enquanto o normal se refere ao que é uso habitual e costumeiro. A seguir abordaremos sobre o livro didático em contexto angolano.

## 2.2. O livro didático em contexto angolano

Como já mencionado, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) é o órgão do Ministério da Educação (MED) responsável pela organização, atualização e distribuição dos livros didáticos, conforme estabelecido no Decreto Presidencial n.º 311/14:

Considerando que o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação —INIDE é um Instituto Público vocacionado ao estudo e acompanhamento do desenvolvimento do sistema de educação, visando garantir a qualidade e a excelência no ensino primário e secundário [...], o INIDE tem a missão de coordenar, executar e monitorar as políticas de investigação pedagógica, conceber e elaborar estudos, currículos e outros materiais pedagógicos, que permitam a realização e aperfeiçoamento permanente do processo docente-educativo nos níveis de ensino primário e secundário (Angola, 2014, p. 6).

Em razão dessa atribuição institucional, as decisões tomadas pelo INIDE no que se refere à seleção, à organização e à orientação dos conteúdos didáticos e distribuição exercem impacto direto sobre as concepções de Língua Portuguesa que são legitimadas, normatizadas e ensinadas nas escolas do país. Dessa forma, configura-se como um agente central da política linguística educacional angolana, na medida em que, por meio dos livros didáticos, define quais variedades linguísticas são reconhecidas e valorizadas como modelos de correção, prestígio e escolarização.

No que se refere à política pública de aquisição e distribuição de livros didáticos em Angola, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20 estabelece, em seu artigo 11.º, a gratuidade do ensino apenas no ensino primário. Tal dispositivo legal implica que a oferta gratuita de materiais didáticos, incluindo os livros escolares, encontra-se institucionalmente assegurada apenas para esse nível de ensino, ficando os demais níveis, nomeadamente: o ensino secundário e o ensino superior dependentes da aquisição por parte das famílias ou de outras formas de responsabilização individual.

Concernente à organização do sistema de ensino, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20 estabelece que o 2.º ciclo do ensino secundário do ensino geral compreende as 10.ª, 11.ª e 12.ª classes, frequentadas por alunos com idade média até 15 anos, tendo a duração de três anos. Essa etapa do ensino reveste-se de particular relevância, uma

vez que corresponde a um momento decisivo de consolidação das competências linguísticas e discursivas dos estudantes, o que reforça a importância de uma abordagem pedagógica sensível à diversidade linguística angolana.

De acordo com a Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino nº 32/20, no artigo 105º assegura que:

Os currículos para educação pré-escolar, **o ensino primário e ensino secundário têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório, devendo propiciar o diálogo efectivo entre os saberes locais e universais**, nos termos a aprovar pelo titular do poder executivo (Angola, 2020, p. 7, grifos nossos).

O instrumento legal de ensino que determina o “diálogo efectivo entre os saberes locais e universais” atribui ao currículo um papel estratégico na mediação entre a realidade sociocultural angolana e os referenciais de conhecimento de circulação global. No campo da linguagem, esse princípio poderia traduzir-se no reconhecimento explícito das variedades do português faladas em Angola, bem como na incorporação de práticas discursivas locais como recursos legítimos para o ensino da Língua Portuguesa. Trata-se, portanto, de um dispositivo que abre espaço para uma política linguística educacional de caráter plural e contextualizado.

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº32/20 delinea que o 2º ciclo do ensino secundário do ensino geral compreende as 10ª, 11ª e 12ª classes frequentadas por alunos que completem até 15 anos. Dessa maneira, o 2º ciclo do ensino secundário do ensino geral tem a duração de três anos. Após isso, no tópico a seguir trataremos da fundamentação teórica.

### 3. Fundamentação teórica

Consideramos importante, inicialmente, pontuamos o campo da linguística que estuda a questão da língua no espaço social. Sendo assim, Coelho *et al.* (2015, p.12) definem que “a sociolinguística é uma área da linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos”. Entendemos que sociolinguística é o campo dos estudos linguísticos que estuda a língua relacionando o espaço social que os falantes estão inseridos, em razão de ser na esfera social que os indivíduos fazem uso real da língua.

Para Coelho *et al.* (2015, p. 13-14), “é importante que tenhamos consciência de que sociolinguística é um termo bastante amplo, que engloba diferentes formas de olhar para essa relação”. A exemplo disso, temos a sociolinguística variacionista, interacionista e a

educacional. Reiteramos que adotaremos neste trabalho a abordagem da Sociolinguística Educacional.

Cyranka (2016) afirma que a Sociolinguística aplicada à educação analisa como a variação e a mudança linguística influenciam o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, tendo como foco principal a escola e o ensino de línguas. A autora assevera ainda que a Sociolinguística Educacional foca na competência comunicativa dos alunos, tanto na oralidade quanto na escrita, considerando variação e mudança linguística. A escola, ao reunir estudantes de diferentes contextos sociais, deve utilizar programas de ensino e livros didáticos que promovam a reflexão sobre a variação linguística.

A autora explica ainda que a Sociolinguística Educacional defende que a sala de aula seja espaço para discutir a variação linguística, orientando os alunos a reconhecer diferenças dialetais como normais e legítimas, e a selecionar estruturas linguísticas de acordo com o contexto comunicativo e as necessidades de interlocutores e leitores (Cyranka, 2006).

Bortoni-Ricardo (2004) esclarece que a Sociolinguística Educacional defende o ensino da norma padrão, mas considerando a diversidade linguística e cultural do discente e sua variedade, promovendo um ensino mais inclusivo e desprovido de preconceito linguístico.

Uma variedade linguística pode ser definida como o modo de falar característico de determinado grupo de indivíduos num espaço geográfico (Coelho *et al.*, 2015). A título de exemplo, em termos gerais, temos as variedades do PA, as variedades do PB e as variedades do PE.

Ainda de acordo com as autoras, “a variação linguística é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado” (Coelho *et al.*, 2015, p.16). Desta feita, percebemos que a variação linguística está relacionada ao aspecto heterogêneo da língua, de modo que, em um contexto de uso, podem ser utilizadas duas formas linguísticas com mesmo significado.

A variação linguística é intrínseca às línguas naturais e não deve ser vista como um elemento que compromete o seu funcionamento. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno natural que evidencia a alternância no uso de diferentes formas para expressar o mesmo significado (Labov (2008 [1972]).

Nos termos de Abdula (2021), a variação linguística divide-se em dois tipos: interna e externa. O autor frisa que a variação interna ocorreu nos níveis: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical. A variação no nível fonético-fonológico diz respeito à forma como os indivíduos pronunciam uma mesma palavra de formas diferentes na mesma região ou em regiões diferentes.

A variação no nível morfológico acontece quando uma língua apresenta formas diferentes de estruturar ou flexionar palavras, especialmente no que diz respeito à formação de plurais, de tempos verbais, de gêneros, de aumentativos, diminutivos, entre outros processos. A variação no nível sintático refere-se à variação e mudança na organização das construções frásicas que compõem uma sentença. A variação no nível semântico ocorre quando um mesmo vocábulo apresenta significados diferentes, influenciados por fatores de diferentes naturezas. A variação lexical acontece quando, numa determinada língua, empregam-se palavras diferentes para referenciar o mesmo referente (Abdula, 2021).

Quanto à variação externa, podemos destacar quatro tipos: variação diatópica, variação diastrática, variação diafásica e diamésica (Abdula, 2017, p. 89). A variação diatópica permite identificar a região de um falante, distinguindo, por exemplo, o Português Angolano, Português Brasileiro e o Português Europeu. Já a variação diastrática relaciona-se a fatores sociais, como escolaridade, classe socioeconômica, sexo/gênero, idade e profissão, dentre outros, que influenciam a forma de falar dos indivíduos.

A variação diafásica trata das diferentes formas de emprego da língua influenciadas pelo contexto comunicativo. O falante “ajusta” seu uso da língua conforme a situação, como na fala mais espontânea em casa. A variação diamésica refere-se às diferenças relacionadas às diferentes modalidades de emprego da língua, como entre a língua falada e escrita, evidentes também em distintos gêneros textuais (Bagnو, 2007; Abdula, 2021).

Na visão de Timbane (2013, p, 123), “o léxico é o conjunto de todas as palavras de uma língua ou de uma variante, as mais ou pouco usadas, bem como as novas”. Dessarte, compreendemos que o léxico abrange um conjunto de palavras de determinada língua, as de uso mais frequente, bem como aquelas que são de pouco uso. Por sua vez, Antunes (2012) postula que o léxico é um conjunto de palavras de uma língua que envolve aspectos da história e da cultura, já que não podemos compreender a língua e dissociá-la desses dois fatores.

No contexto angolano, o Instituto Nacional de Investigação de Desenvolvimento da Educação (INIDE) (2013), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MED), orienta que os programas de ensino das 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes incluem a discussão sobre variação linguística. Os livros didáticos devem refletir os conteúdos e diretrizes desses programas, garantindo coerência entre planejamento curricular e material pedagógico. Como já apontado, os livros didáticos de língua portuguesa da 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes do 2º ciclo do ensino secundário abrangem um grande número de textos de autoria dos escritores angolanos, extraídos de suas

obras literárias, que trazem marcas da variação fonética-fonológica, morfológica, lexical e semântica do Português angolano (INIDE, 2013).

Embora a variação lexical do português angolano esteja presente nos livros didáticos, essa variedade ainda não dispõe de estatuto jurídico que legitime seu ensino formal nas escolas públicas e privadas do país. Tal situação evidencia uma contradição entre a realidade linguística vivenciada pelos falantes e as políticas linguísticas oficiais adotadas pelo Estado, que continuam a privilegiar o Português Europeu como norma de referência no sistema educativo.

Nesse contexto, o português angolano é frequentemente reconhecido apenas como língua nacional, mas não como língua oficial nem como língua de ensino, o que contribui para sua marginalização no espaço escolar. Essa ausência de reconhecimento institucional tende a gerar práticas pedagógicas exclucentes, uma vez que as formas linguísticas efetivamente utilizadas pelos alunos são, muitas vezes, tratadas como desvios ou erros, em vez de serem compreendidas como manifestações legítimas de uma variedade linguística historicamente constituída.

Além disso, a não oficialização do português angolano como língua de ensino dificulta a elaboração de materiais didáticos específicos, bem como a produção de gramáticas e dicionários que descrevam adequadamente essa variedade, e compromete a formação de professores sensíveis à diversidade linguística do país. Dessa forma, a manutenção de políticas linguísticas que desconsideram a variação do português angolano acaba por reforçar desigualdades sociais e simbólicas, ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, contextualizadas e alinhadas à realidade sociolinguística angolana.

Neste embargo, Zau (2011) explicita que a autonomia do português falado em Angola adentra para a cultura e as línguas nacionais nos níveis fonético-fonológico, morfológico, semântico e lexical que trazem suas particularidades que diferem do português europeu. Nessa direção, Sassuco (2016) explica a variação linguística do Português Angolano em comparação ao Português Europeu abordando aspectos de diferentes natureza e níveis. No nível da variação fonético-fonológica, no PA, há substituição do som alveolar (l) pelo vibrante (r), como em “falta” e “alta”, influenciada pelas línguas nacionais e pela tentativa de aproximação ao PE (2016, p. 207). Já no nível da variação morfológica, no PA, há o emprego de sufixos para diminutivos e aumentativos, **Kicasa**, **Kipraça**, enquanto o PE geralmente usa prefixos ou sufixos específicos (2016, p. 210, grifo do autor)

No nível sintático, há descaracterização da concordância nominal e verbal no Português Angolano, como em “As criança $\emptyset$  está $\emptyset$  na escola”, presente mesmo entre falantes com diferentes níveis de escolaridade, enquanto no PE, isso não ocorre, preservando-se as marcas de concordância, como em “As crianças estão na escola”, (2016, p. 212, grifo do autor). No nível lexical, o PA incorpora palavras das línguas nacionais angolanas do grupo bantu, “camba, kota, gindungo”, criando uma integração lexical distinta do PE (2016, p. 212). Do ponto de vista semântico, há interferência cultural nos verbos, alterando sentidos do Português angolano, como em “A grávida ouviu o meu cheiro”, em relação ao PE, “A grávida sentiu mau cheiro”, refletindo realidades culturais locais (2016, p. 214).

Mingas (2000) e Zau (2011) frisam que dentre as línguas nacionais angolanas pertencentes ao grupo bantu, o kimbundu é a que mais tem contribuído com empréstimos linguísticos e exercido influência significativa sobre o português angolano. Essa influência decorre, sobretudo, do intenso e prolongado contato linguístico entre falantes de kimbundu e de português, especialmente nas regiões urbanas e periurbanas, como Luanda e seus arredores, onde o kimbundu historicamente desempenhou um papel central na comunicação cotidiana.

Os empréstimos provenientes do kimbundu manifestam-se, principalmente, no nível lexical, com a incorporação de vocábulos relacionados à alimentação, às práticas culturais, à organização social e às realidades locais. Contudo, a influência dessa língua não se restringe ao léxico, estendendo-se também a aspectos fonético-fonológicos, morfossintáticos e semânticos, o que evidencia processos de adaptação e reconfiguração do português em contexto angolano.

Nesse sentido, o português angolano configura-se como uma variedade resultante de um processo histórico de contato linguístico, no qual as línguas bantu, em especial o kimbundu, desempenham papel fundamental na constituição de suas características estruturais e identitárias. Tal constatação reforça a necessidade de estudos que descrevam e valorizem essas especificidades, sobretudo no âmbito das políticas linguísticas e do ensino da Língua Portuguesa. No próximo tópico abordaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

#### 4. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa de (Gil, 2002), visto que buscamos analisar e interpretar os dados coletados e desenvolver reflexões a propósito deles. Para a coleta dos dados do *corpus*, adotamos a pesquisa documental Fonseca (2002), uma vez que se trata do livro didático *Língua Portuguesa 10ª Classe*, de Olga Magalhães e Fernanda Costa (2012), aprovado pelo Ministério da Educação de Angola para circulação em rede

nacional do país destinados aos alunos e professores. Cabe dizer que *corpus e os resultados* utilizados neste estudo provém do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Silva (2022). Sendo assim, o livro didático analisado tivemos o seu acesso em formato físico e destinado aos alunos e professores do ensino do 2º ciclo do ensino secundário da disciplina de Língua Portuguesa.

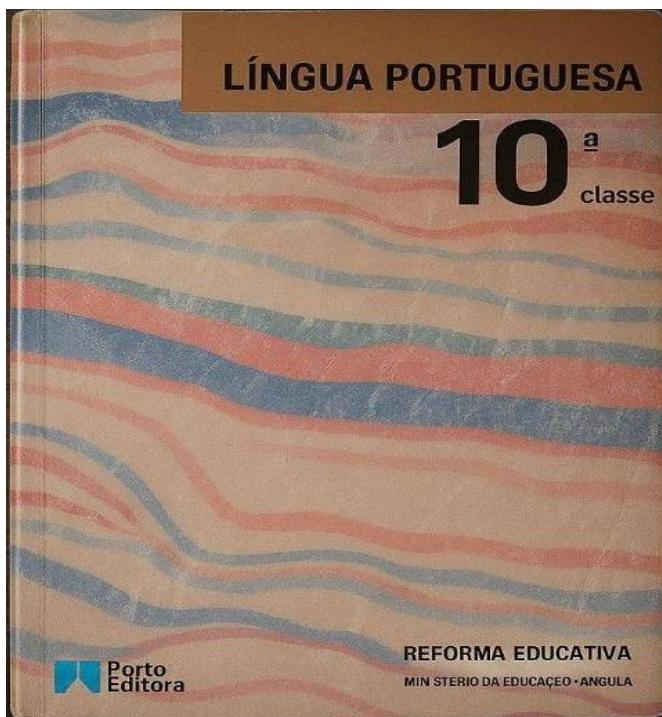
A escolha desse livro didático justifica-se pelo fato de serem amplamente utilizados em âmbito nacional, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, como já mencionado. Tal utilizado está em consonância com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 32/20, no artigo 105º, que estabelece o uso obrigatório dos livros didáticos e o currículo no país no sistema educativo angolano.

#### 4.1. Descrição do corpus

O livro didático, publicado pela Porto Editora, possui 288 páginas, organizadas em três unidades temáticas, precedidas por uma unidade introdutória, denominada *Unidade Zero*, intitulada “Reflexões sobre a língua portuguesa”. Ao final de cada unidade, apresenta-se uma ficha informativa que integra atividades de oficina de escrita e uma seção denominada “Ler e Compreender”, voltada para o estudo do funcionamento da língua. Ao término do livro, encontra-se o chamado “bloco informativo”, no qual são abordados conteúdos de natureza gramatical. Nesse sentido, o manual didático estrutura o ensino da Língua Portuguesa a partir de três eixos centrais: leitura, escrita e gramática.

No que diz respeito à organização interna das unidades, o livro distribui os conteúdos da seguinte forma: Unidade 1 – Textos informativos diversos; Unidade 2 – Texto lírico; Unidade 3 – Texto narrativo; seguidas do bloco informativo. Já na Unidade Zero, o livro propõe reflexões sobre a língua portuguesa em contextos de uso real, destacando os processos de mudança linguística. Contudo, tais discussões são conduzidas majoritariamente a partir de uma perspectiva alinhada à realidade do português europeu, o que evidencia a centralidade dessa variedade como modelo de referência ao longo do material. Vale dizer que o livro didático não apresenta informações da nacionalidade das autoras, formação acadêmica e instituição que estão vinculadas. Ilustramos na figura 2 o livro didático analisado.

Figura 2 – Capa do Livro didático



Fonte: Magalhães e Costa (2012)

A primeira unidade é composta por textos diversos, majoritariamente de autores internacionais. As autoras do manual demonstram a preocupação em proporcionar aos alunos o contato com uma ampla variedade de gêneros textuais que circulam na esfera social, tais como relatórios, poemas, crônicas, cartazes e artigos de opinião. Destaca-se que a unidade se encerra com um tópico dedicado à compreensão textual e ao funcionamento da língua, no qual são apresentadas propostas de atividades a serem desenvolvidas pelos alunos.

A segunda unidade organiza-se a partir de textos de escritores angolanos consagrados na literatura nacional, em articulação com textos de autores estrangeiros. Entre os autores angolanos contemplados, destacam-se Agostinho Neto, Jofre Rocha, José Luís Mendonça, João Maimona e Manuel Rui, cujas produções incluem contos e poemas. Assim como na unidade anterior, esta seção também apresenta atividades voltadas para a compreensão dos textos e para o estudo do funcionamento da língua.

Na terceira e última unidade do livro didático, são apresentados textos de gêneros diversificados, como contos, romances, novelas, crônicas literárias e entrevistas, de autores angolanos, entre os quais se destacam José Luandino Vieira, Manuel Rui e Roderick Nehone. À semelhança das unidades precedentes, esta unidade contempla tópicos específicos dedicados à compreensão textual e ao funcionamento da língua.

Para os procedimentos de coleta e análise dos dados seguimos quatro etapas: primeiro, fazemos a leitura completa do livro didático e a sua descrição para coleta dos dados

que nos propomos analisamos; segundo coletamos nos textos de escritores angolanos e estrangeiros presentes no livro didático, os recortes que revelam a variação lexical do Português angolano. O critério de identificação e seleção dos aspectos relacionados à variação lexical do Português angolano tem como base o conhecimento que o pesquisador dispõe sobre a língua que falante nativo dessa língua. Em seguida, fizemos uma descrição detalhada da variação lexical do português angolano, em um quadro com seis categorias: Na primeira coluna, consta registrado o número de ordem em que cada vocábulo está no livro, na segunda apresentamos os vocábulos, na terceira constam os significados, na quarta os enunciados, quinta os textos e sexta as unidades didáticas em que aparecem nos livros didáticos. No tópico seguinte elencaremos os resultados e discussões.

## 5. Resultados e discussões

A partir dessa leitura completa do livro didático, constatamos a presença da variação lexical em quatro textos, sendo dois de autores angolanos: José Luandino Vieira e Manuel Rui, um de Roderick Nehone e um da escritora estrangeira Cristina Margato.

Os resultados da análise indicam que a variação lexical do português angolano está presente em seis textos do referido livro didático, a saber: “A malta gramou bué” (p. 31), “Um jovem de 20 anos” (p. 75), “A renúncia impossível” (p. 105), “Zito Makoa: Da 4.<sup>a</sup> Classe” (p. 154), “Mulato de sangue azul” (p. 161) e “O ano do Cão” (p. 179). Esses textos mobilizam temáticas diretamente relacionadas ao contexto sociocultural angolano, abordando experiências do cotidiano escolar, bem como situações típicas vivenciadas em bairros periféricos e em áreas rurais do país, o que favorece a emergência de marcas lexicais próprias do português angolano. Abaixo, apresentamos um quadro ilustrativo com as expressões da variação lexical do português angolano e seus respectivos significados, a fim de possibilitar uma compreensão adequada do leitor.

**Quadro 1 – Palavras da variação lexical do português angolano**

Número por ordem	Palavras	Significados	Enunciados	Texto	Unidades didática
1	Gajo	Homem	Grande utilizador das palavras “[...] gajo...”	“A malta gramou Bué” (pág. 31)	Reflexões sobre a língua portuguesa

2	Gaja	Mulher	Grande utilizador das palavras “gajo [...]”	“A malta gramou Bué” (pág. 31)	Reflexões sobre a língua portuguesa
3	Gramou	Gostou	“A malta gramou Bué”	“A malta gramou Bué” (pág. 31)	Reflexões sobre a língua portuguesa
4	Bué	Muito	“A malta gramou Bué”	“A malta gramou Bué” (pág. 31)	Reflexões sobre a língua portuguesa
5	Barato	Preço acessível	Combinados com acesso à internet barato [...]	Um jovem de 20 anos (pág. 75)	Textos informativos diversos
6	Mato	Aldeia ou zona rural	Nunca pisaram os caminhos do mato [...]	A renúncia impossível (pág. 104)	Texto lírico
7	Batuques	Instrumento de percussão	Dançarinos de batuques sensuais	A renúncia impossível (pág. 104)	Texto lírico
8	Miúdos	Crianças	Mesmo assim arrancou por o meio dos miúdos [...]	Zito Makoa: Da 4ª Classe (pág. 154)	Texto narrativo
9	Jinguba	Amendoim	[...] doces de ginguba [...]	Zito Makoa: Da 4ª Classe (pág. 154)	Texto narrativo
10	Musseque	Bairro periférico	[...] para lhe contar os tiros no musseque [...]	Zito Makoa: Da 4ª Classe (pág. 155)	Texto narrativo

11	Bassula	Queda	Foi ele que põe a primeira bassula [...]	Zito Makoa: Da 4ª Classe (pág. 155)	Texto narrativo
12	Catololoto	Doença	Reclamava a dar do Catololoto	Zito Makoa. Da 4ª. Classe (pág. 155)	Texto narrativo
13	Comboio	Meio de transporte	O comboio é sempre assim.	Mulato de sangue azul (pág. 161)	Texto narrativo
14	Rebitas	Estilo de dança	Em rebitas de “apaga a luz” nem pensar (pág. 1612)	Mulato de sangue azul (pág. 161)	Texto narrativo
15	Candongueiro s	Táxis	Muitos repetiam-se, porque eram candongueiro s [...]	O ano do cão (pág. 179)	Texto narrativo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Magalhães e Costa (2012).

A partir da análise do quadro, observamos que os vocábulos que compõem a variação lexical do português angolano encontram-se distribuídos nas diferentes unidades didáticas que estruturam o livro didático. Essa ocorrência encontra-se, especificamente, nas unidades intituladas *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, *Textos informativos diversos*, *Texto lírico* e *Texto narrativo*.

Tal distribuição evidencia que a variação lexical do português angolano perpassa distintos gêneros textuais e conteúdos didáticos, o que reforça sua presença efetiva no material analisado. No entanto, apesar de essa variedade linguística estar dispersa ao longo das unidades didáticas, sua abordagem não é sistematizada nem explorada pedagogicamente, uma vez que os vocábulos não são acompanhados de explicações, atividades ou reflexões que permitam aos alunos reconhecer, compreender e valorizar o português angolano no processo de ensino-aprendizagem.

É fundamental destacar que os vocábulos que integram a variação lexical do português angolano, tais como *gajo*, *gaja*, *gramou*, *bassula*, *miúdos*, *mato*, *catolotolo* e *musseque*, são amplamente utilizados em contextos comunicativos informais entre falantes angolanos, independentemente do nível de escolaridade, abrangendo tanto indivíduos com maior quanto com menor grau de instrução. Esses itens lexicais fazem parte do repertório cotidiano dos falantes e refletem práticas linguísticas espontâneas e socialmente consolidadas. Vale dizer que os vocábulos *gajo*, *gaja*, *comboio* e *bué* também são usados no Português Europeu ao nível da variação lexical com o mesmo significado empregado no Português angolano, por sua vez, o termo *Barato* também é utilizado no Português Brasileiro com o mesmo significado do Português angolano.

Por outro lado, vocábulos como *comboio*, *candongueiros*, *ginguba* e *rebitas* tendem a circular com maior frequência em contextos comunicativos formais, como textos jornalísticos, documentos institucionais e interações de caráter público. Cabe ressaltar, entretanto, que itens lexicais como *ginguba*, *candongueiros* e *comboio* transitam entre contextos comunicativos formais e informais, sendo empregados tanto por falantes com alto grau de escolaridade quanto por aqueles com menor escolaridade. Vimos também que os vocábulos presentes no livro didático não são incorporados a atividades de leitura e escrita, o que limita sua exploração pedagógica e impede que os alunos desenvolvam uma reflexão sistemática sobre a variação lexical do português angolano.

Essa circulação dos vocábulos entre diferentes níveis de formalidade evidencia a vitalidade e a funcionalidade do léxico do português angolano, além de demonstrar que a distinção entre usos formais e informais não é rígida, mas dinâmica e dependente do contexto de interação. Tal constatação reforça a necessidade de que esses usos sejam contemplados e problematizados no ensino da Língua Portuguesa, de modo a promover uma abordagem socio-lingüística orientada, que reconheça a legitimidade das escolhas lexicais dos falantes angolanos.

Nesse sentido, a ausência de uma abordagem sistemática da variação lexical compromete o potencial formativo dos textos selecionados, tanto de autores angolanos quanto estrangeiros. Caso esses textos não apresentassem marcas da variação lexical do português angolano, os estudantes ficariam ainda mais distantes do reconhecimento dessa variedade no espaço escolar, visto que o livro didático constitui um instrumento fundamental no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Desse modo, ao não explorar pedagogicamente as ocorrências lexicais do português angolano, o livro didático perde a oportunidade de promover uma educação linguística crítica

e inclusiva, capaz de articular o ensino da língua às práticas socioculturais dos alunos do país. Tal lacuna evidencia a necessidade de uma abordagem orientada pela pedagogia da variação linguística, que reconheça, valorize e problematize as variedades do português presentes no contexto angolano, contribuindo para a construção de uma consciência linguística mais ampla e para a valorização da identidade linguística nacional.

Constatamos, ainda, que os quinze (15) vocábulos identificados no livro didático aparecem sem a apresentação de seus respectivos significados ou de qualquer explicação contextual que auxilie na sua compreensão. Acreditamos que essa ausência esteja relacionada, em grande medida, ao fato de que, até o momento, o português angolano ainda não dispõe de instrumentos linguísticos normativos e descritivos próprios, como dicionários e gramáticas, que sejam fundamentais para a descrição sistemática, a valorização e a normatização dessa variedade linguística.

A inexistência desses instrumentos compromete não apenas a elaboração de materiais didáticos que contextualize à realidade linguística do país, mas também o trabalho pedagógico dos professores, que carecem de referências teóricas e metodológicas para abordar a variação linguística em sala de aula. Consequentemente, os vocábulos característicos do português angolano tendem a ser apresentados de forma implícita e não problematizada, o que dificulta o reconhecimento dessa variedade como legítima no contexto escolar.

Desse modo, a ausência de explicitação dos significados dos vocábulos angolanos no livro didático reforça uma abordagem normativa centrada no português europeu, ao mesmo tempo em que invisibiliza os usos linguísticos locais. Tal cenário evidencia a urgência da produção de gramáticas e dicionários do português angolano, não apenas como instrumentos científicos, mas também como ferramentas pedagógicas essenciais para a promoção de um ensino de Língua Portuguesa mais inclusivo, contextualizado e alinhado à realidade sociolinguística angolana.

Diante disso, Zilles e Faraco (2015) discorrem que:

Os professores desenvolvam uma pedagogia da variação linguística, a partir do reconhecimento de que não existem erros nos usos que os falantes fazem de sua língua materna, sendo necessário desconstruir modos de pensar equivocados, principalmente no trabalho escolar com a linguagem (Zilles; Faraco, 2015, p. 33).

Os autores defendem que as visões equivocadas a respeito da língua, muitas vezes reforçadas no ambiente escolar, precisam ser desconstruídas para evitar preconceitos linguísticos e promover uma abordagem mais inclusiva e contextualizada do ensino da língua

portuguesa. Por conseguinte, é preciso que os discentes conheçam que não existe erro na língua, o que acontece chama-se: inadequação linguística consoante (Bortoni-Ricardo, 2004).

A análise que realizamos confirma a tese defendida por Bernardo (2017), o ensino da Língua Portuguesa em Angola é baseado na gramática tradicional do português europeu que não reflete a realidade linguística dos aprendentes. O autor acrescenta ainda que as normas do português angolano poderão ser devidamente descritas, de modo que a diversidade linguística seja contemplada e estudada nas aulas de língua portuguesa das escolas angolanas, sem marginalização e estigmatização social, dado que a língua normatizada no ensino é o português europeu e o português angolano tem sido considerado de erro no ambiente formal como a escola.

Conforme já destacado por Labov (2008 [1972]), a variação linguística é inerente a todas as línguas naturais e não deve ser compreendida como um desvio ou um acidente do sistema linguístico. Trata-se, ao contrário, de uma característica constitutiva das línguas, uma vez que configura um sistema de alternância entre formas distintas, motivado por fatores sociais, contextuais e comunicativos. Nesse sentido, a variação é um elemento central para a compreensão do funcionamento real das línguas em uso.

À luz dessa concepção, embora o (INIDE, 2013) oriente que os livros didáticos de Língua Portuguesa contemplem a abordagem da variação linguística, constatamos que, no livro analisado, essa orientação é atendida de forma bastante limitada. A presença da variação linguística ocorre de maneira superficial, sem explicações teóricas ou didáticas que possibilitem aos aprendentes uma compreensão adequada desse fenômeno no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, para o qual o material é destinado.

Dessa forma, a ausência de uma abordagem sistemática e reflexiva da variação linguística no livro didático compromete a formação de uma consciência linguística crítica nos alunos, além de reforçar uma visão normativa e homogênea da língua. Tal constatação evidencia a necessidade de que os livros didáticos passem a incorporar, de maneira mais consistente, os pressupostos da Sociolinguística Educacional, especialmente no que se refere ao reconhecimento e à valorização das variedades do português em uso no contexto angolano.

Diante desse cenário, Undolo (2014) defende que, considerando o contexto multilíngue que caracteriza Angola, torna-se profícua a adoção de uma política linguística fundamentada no conhecimento científico das línguas nacionais e nas particularidades do português angolano. Tal política deve estar alinhada à realidade sociolinguística do país, de modo a reconhecer a diversidade linguística existente e a promover uma articulação mais equilibrada entre o português e as línguas nativas no sistema educativo.

Nessa perspectiva, uma política linguística sensível às especificidades do português angolano contribuiria não apenas para a valorização das línguas nacionais, mas também para a legitimação do português angolano como variedade efetivamente utilizada pelos falantes em diferentes domínios sociais. Além disso, essa abordagem possibilitaria a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas, capazes de atender às necessidades linguísticas dos alunos e de fortalecer sua identidade linguística e cultural no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. No tópico seguinte pontuamos as considerações finais da pesquisa.

## 6. Considerações finais

À luz da análise realizada, constatamos que a variação lexical do português angolano a sua presença no livro didático investigado está de forma superficial com total quinze vocábulos, distribuída em diferentes unidades e gêneros textuais sem os seus respectivos significados. Essa presença confirma que o material reflete, ainda que de forma implícita, práticas linguísticas reais e socialmente consolidadas no contexto angolano. No entanto, verificamos que tais ocorrências não são acompanhadas de uma abordagem pedagógica sistemática que possibilite aos alunos reconhecer, compreender e valorizar essa variedade linguística no espaço escolar.

A ausência de explicações, atividades ou reflexões sobre os vocábulos característicos do português angolano revela a permanência de uma orientação normativa centrada no português europeu, o que contribui para a invisibilização dos usos linguísticos locais e para a reprodução de concepções equivocadas sobre “erro” e “correção” linguística. Esse cenário compromete o potencial formativo do livro didático, uma vez que impede a construção de uma consciência linguística crítica que corrobora a diversidade sociolinguística do país.

Observamos, ainda, que a inexistência de instrumentos linguísticos próprios do português angolano, como gramáticas e dicionários, impacta diretamente tanto a produção de materiais didáticos quanto a prática pedagógica dos professores, dificultando a incorporação consciente e reflexiva da variação linguística no ensino da Língua Portuguesa. Tal lacuna reforça a necessidade urgente de investimentos científicos e institucionais voltados à descrição, sistematização e legitimação dessa variedade.

Dessa forma, apontam para o distanciamento entre a realidade linguística dos aprendentes e o modelo de língua privilegiada no sistema educativo angolano. Reafirma-se, assim, a importância da adoção de uma pedagogia da variação linguística, fundamentada nos

pressupostos da Sociolinguística Educacional, que reconheça a legitimidade do português angolano e promova um ensino mais inclusivo, contextualizado e alinhado à realidade sociocultural dos alunos.

Por fim, defendemos que a incorporação sistemática da variação lexical do português angolano nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas constitui um passo fundamental para a valorização da identidade linguística nacional e para a construção de uma educação linguística crítica, capaz de combater o preconceito linguístico e de fortalecer o papel da escola como espaço de reconhecimento da diversidade linguística em Angola.

## Referências

- ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. Variação linguística no livro didático do ensino bilíngue em Moçambique: verbos da língua echuwabo como objeto de análise. 2013. 236f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras campus de Araraquara, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8cd7242d-5c2e-49a0-8b4d-ee6a40b10167>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- ANGOLA. **Lei Constitucional da República Popular de Angola**. Luanda/Angola, 1975.
- ANGOLA. **Lei da divisão política administrativa nº 14/24**. Luanda, Assembleia Nacional, 2024.
- ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 32/20**. Luanda: Imprensa Nacional, 2020.
- ANTUNES, Irandé. **O território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007b.
- BARCELONA, Espanha. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: <[dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.PDF](http://dec_universal_direitos_linguisticos.PDF) (dhnet.org.br)>. Acesso em: 30 de mar. 2025.
- BERNARDO, Ezequiel, Pedro, José. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. N.32, 2017, p.39-54.
- BORTONI-RICARDO, Stella. Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CYRANKA, Lucia. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, Maria Cecília; JUNIOR, Celso Ferrarezi (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016.
- GARCIA, Neto Conceição. **O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores Garcia Neto (Luanda-Angola)**. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Língua e cultura portuguesa) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras,

Lisboa. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/525>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Silvestre Filipe. **Relação entre Língua Oficial e Línguas Locais na Escola**: Como as Crianças de Cabinda Aprendem o Português e em Português (Tese de Mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 1-134, 2014.

INSTITUTO Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento geral da população e da habitação de Angola**. Censo 2025. Luanda: Instituto Nacional de Estatística. 2016.

INSTITUTO Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. **Programas de ensino da língua portuguesa 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes do 2º ciclo do ensino secundário geral**.

KANUSSE, Elias Ensino de Língua Portuguesa em Angola: um olhar à Província do Namibe. 2020. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020. Disponível em: [https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1863/1/2020\\_mono\\_eliaskanusse.pdf](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1863/1/2020_mono_eliaskanusse.pdf). Acesso em: 27 dez. 2025.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MAGALHÃES, Olga. COSTA, Fernanda. **Língua Portuguesa – 10<sup>a</sup> classe**. Porto Editora, 2012.

MIGUEL, Maria Helena. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Nzila, 2003.

MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MUDIAMBO, Quibongue. **Da Lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da Língua Portuguesa**: no II Ciclo do Ensino Secundário: 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Classes na EFP–Escola de Formação de Professores “Cor Mariae do Uíje”. 2013. 276f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10963/1/QUIBONGUE%20Tese%20-19-12-2013.pdf>. Acesso em: 20 jan.2025.

QUIBUTAMENE, Victor José Gumba. **Estudo da variação linguística no manual didático de língua portuguesa da 6a classe de Angola**: uma análise da variedade do português angolano. 2022. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura de Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5908>. Acesso: 28 dez. 2025.

SASSUCO, Daniel Peres. Pistas essenciais para um português de Angola. **Kadila: culturas e ambientes Diálogos Brasil-Angola**. São Paulo: Blucher, p. 199-218, 2016.

SILVA, Pedro Kiuma da. Política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola: uma análise nos livros didáticos de língua portuguesa da 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classes do ensino primário. 2025. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Linguística, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/36937>. Acessado em: 26 dez. 2025.

A variedade do português angolano no livro didático de língua portuguesa da 10<sup>a</sup> classe. 2022. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso ( Licenciatura de Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5899>. Acesso em: 27 dez. 2025.

TIMBANE, Alexandre António. A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras campus de Araraquara, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6a8877e5-f472-4b0b-8738-e77eb986b14b>. Acesso em: 25 fev.2025.

UNDOLÓ, Silva Edu Márcio. Caracterização da norma do português em Angola. 2014. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Évora, Instituto de Investigação Avançado, Évora, 2014. Disponível em: <https://www.rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/20820/1/Doutoramento%20-%20Marcio%20Undolo.pdf>. Acesso em: 25 fev.2025.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Estudos Lusófonos) – Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, Covilhã, 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/entities/publication/8494db36-79f9-4896-a72d-4b33fd69dbb6>. Acesso em: 15 jan.2025.

ZAU, Filipe. Angola: trilhos para o desenvolvimento. Lisboa, 2002. 310f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Aberta, faculdade de Educação, Lisboa, 2022. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/6cfc8097-0dbd-4bd4-aaa5-0d9633459fc9>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ZILLES, Ana Maria Stahl, FARACO, Carlos Alberto. (orgs.). **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.